 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

1. OBJETO

Constitui objeto da presente Orientação Técnica Específica a explicitação de informações complementares relativas à apresentação de candidaturas no âmbito da Ação 3.3 – «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas», de acordo com o disposto no respetivo Regime de Aplicação, aprovado pela Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro, na sua redação atual, e no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais dos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR) financiados pelos fundos europeus estruturais de financiamento (FEEI).



2. MATÉRIAS OBJETO DE EXPLICITAÇÃO


2.1. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os critérios de elegibilidade previstos nos artigos 5.º e 6.º da Portaria n.º 230/2014, de 11 de novembro, na sua redação atual, e no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, devem ser cumpridos pelo candidato na data de apresentação da candidatura, exceto nas situações em que a legislação aplicável permita o seu cumprimento em fase posterior.

No Anexo I é apresentada a lista de documentos para a instrução da candidatura. Só são admitidas ao concurso as candidaturas corretamente formalizadas e acompanhadas de todos os documentos obrigatórios.

Quando na notificação da decisão sejam solicitados documentos adicionais para verificação dos critérios de elegibilidade, os mesmos devem ser apresentados no prazo indicado sob pena de revogação da decisão.

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	<i>Helder Bicho</i> A GESTORA: <i>Gabriela Freitas</i> GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

2.1.1. Verificação dos critérios de elegibilidade do beneficiário

Quando se trate de pessoas coletivas, à data da apresentação da candidatura as sociedades devem estar constituídas, devendo ser apresentada a respetiva certidão permanente de registo ou código de acesso.

Quando uma candidatura preveja a continuidade de uma atividade desenvolvida na unidade agroindustrial, os candidatos devem cumprir as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade.

As condições de elegibilidade definidas nas alíneas d) e e) do artigo 5.º da Portaria citada são verificadas automaticamente através do sistema de informação, não sendo necessária a apresentação de qualquer documento pelo candidato na submissão da candidatura.




2.1.2. Verificação do cumprimento dos critérios de elegibilidade da operação


Os projetos de investimento candidatos à ação 3.3, «Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas» podem beneficiar do apoio nas seguintes dimensões de investimento:

- i. Investimento total elegível superior a 200 000€ e igual ou inferior a 4 000 000€ de investimento total (excluindo as Necessidades de Fundo de Maneio);
- ii. Investimento total elegível superior a 200 000€, quando desenvolvido em explorações agrícolas em que a matéria-prima é maioritariamente proveniente da própria exploração;
- iii. Investimento total elegível superior a 200 000€, quando desenvolvido por agrupamentos ou organizações de produtores reconhecidos.

Para o apuramento do valor referido anteriormente é verificada a elegibilidade de custos com base no quadro das despesas elegíveis e não elegíveis constantes do Anexo II da Portaria n.º 230/2014, na sua redação atual.

No que respeita aos projetos de investimento de transformação e comercialização de produtos agrícolas, são elegíveis, de acordo com o disposto na alínea a) do ponto 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 230/2014, na sua redação

 	Helder Blcho (Gestor Adjunto)	<i>del'</i> A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

atual, os que incidam sobre a conservação, preparação e comercialização ou transformação de produtos agrícolas, cujo produto final resultante continue a ser um produto agrícola.

Devem ser apresentados 1 ou 3 orçamentos comerciais ou faturas pró-forma com a submissão da candidatura para cada um dos dossiers de investimento, quando estejam em causa valores até 5 000€ ou de valor superior, respetivamente.

Adicionalmente, em sede de análise é também verificada a razoabilidade de custos com base em valores de mercado praticados.

Em sede de apresentação da candidatura, o candidato deve apresentar as justificações técnicas e económicas que suportem o enquadramento de cada um dos investimentos bem como o valor proposto, sob pena de que na falta de justificação o investimento poder considerar-se não elegível ou ser elegível o valor mais baixo de mercado praticado, para investimentos semelhantes.



Com exceção das despesas gerais referidas no nº 3 do Anexo II da Portaria n.º 230/2014, na sua redação atual, os investimentos apenas são elegíveis após a data de apresentação da candidatura.


Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis aos investimentos propostos, o candidato deverá apresentar os documentos comprovativos no prazo indicado na notificação da decisão.

2.1.3. Verificação da viabilidade económica e financeira das operações

A viabilidade económica e financeira das candidaturas é medida através do valor atualizado líquido (VAL), conforme a fórmula apresentada no Anexo III da presente OTE, considerando-se que todos os investimentos são realizados no ano zero, não sendo aplicada para esse ano a taxa de atualização.

No cálculo do VAL os investimentos constantes da candidatura são quantificados a 100%, com exceção dos indicados a seguir, os quais são contabilizados a 30% se forem devidamente identificados no formulário e validados na análise da candidatura.

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	<i>Helder Bicho</i> A GESTORA: <i>Gabriela Freitas</i> GABRIELA FREITAS	28.08.2019
			Pág. 3 de 24

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- i. Intervenção de natureza ambiental (Investimento com impacto ambiental relevante) onde se englobam:
 - Investimentos específicos associados à gestão e tratamento de efluentes e resíduos;
 - Outros investimentos não produtivos de carácter ambiental.
- ii. Eficiência energética, onde se englobam:
 - Investimentos específicos diretamente associados à redução do consumo energético.

Os investimentos acima identificados estão discriminados nos Anexos II e IV da presente OTE.

Os acréscimos de proveitos e acréscimos/ decréscimos de custos de exploração previsionais anuais, decorrentes do investimento, são calculados a preços constantes e devem ser coerentes com os investimentos apresentados.

À diferença entre os acréscimos de proveitos e os acréscimos/ decréscimos de custos de exploração previsionais, do primeiro, segundo e subseqüentes anos, é aplicada a respetiva taxa de atualização (REFI).





O cálculo do VAL tem por base a informação relativa ao investimento e aos acréscimos obtidos desde o ano de início do investimento até ao fim da vida útil da operação.


Nos casos em que exista uma atividade na unidade agroindustrial que vai ter continuidade com a execução do investimento devem ser obrigatoriamente preenchidos os campos relativos à pré-operação, para assim ser apurado o benefício líquido resultante do investimento.

A pré-operação deve ser obrigatoriamente preenchida sempre que esteja a ser desenvolvida atividade na unidade agroindustrial que vai ter continuidade com a execução do investimento, independentemente de quem seja o titular do estabelecimento no ano da pré-operação.

No caso de uma candidatura contemplar mais que uma tipologia de investimentos (construções, equipamentos, máquinas), a vida útil da operação é determinada através do cálculo da média ponderada da vida útil das diferentes tipologias de investimento, admitindo-se uma vida útil de 10 anos para máquinas e equipamentos e até 30 anos para construções.

O valor residual dos investimentos é calculado automaticamente pelo modelo de análise, considerando-se, relativamente aos edifícios 50% do seu valor total e 15% relativamente às Necessidades de Fundo de Maneio.

 	 A GESTORA: Helder Bicho (Gestor Adjunto)	 GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

Os equipamentos e as despesas gerais não têm qualquer valor residual.

A candidatura pode ser indeferida quando existam situações que levem a uma sobrevalorização da Taxa Interna de Rentabilidade, tais como:



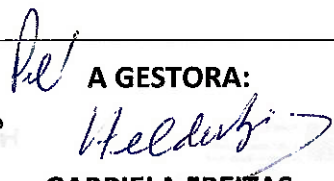
- Não preenchimento da pré-operação, quando exista continuidade de uma atividade com a execução da operação;
- Subavaliação de custos;
- Sobrevalorização de receitas.


2.1.4. Verificação da coerência técnica, económica e financeira da operação

Na candidatura devem ser devidamente caracterizados e justificados, em termos técnicos (por via da introdução de inovação no processo produtivo face ao processo produtivo convencional, por ex.) e económicos, em campo descritivo adequado:

- i. Os proveitos previstos;
- ii. Os custos de exploração, no que se refere ao produto final obtido, seu preço de venda, matéria-prima e subsidiárias consumidas para o obter;
- iii. Entre os diversos pontos que devem constar da memória descritiva do projeto para permitir a verificação da coerência técnica e económica da operação devem ser sempre indicados:

O processo produtivo; os produtos finais e matérias-primas e subsidiárias consumidas bem como os coeficientes de rendimento industrial utilizados; os edifícios e construções com discriminação de todas as áreas (produtivas e não produtivas) e seu dimensionamento; os equipamentos (sua adequação ao fim em vista e dimensionamento face ao objetivo produtivo); os recursos humanos envolvidos, a respetiva área funcional e sua adequabilidade bem como, a razoabilidade dos fornecimentos de serviços externos apresentados face ao investimento realizado.

 	Heider Bicho (Gestor Adjunto)	 A GESTORA: GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 - 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

O ano de fim de vida útil da operação tem que estar ajustado às características do investimento dado que o cálculo do VAL terá por base a informação relativa ao investimento e aos acréscimos de proveitos e acréscimos/decréscimos de custos obtidos desde o ano de início da operação até ao fim de vida útil da operação.

O plano de investimento deve prever as necessidades em fundo de maneio nas atividades em que tal se justifique. Os valores indicados devem ser fundamentados e coerentes com o projeto.

Se o financiamento do projeto for efetuado com recurso a empréstimos que tenham associados encargos financeiros, estes devem constar da demonstração de resultados previsional.

2.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO





2.2.1 Valorização dos Critérios de Seleção


Para efeitos de seleção de candidaturas são considerados os seguintes critérios:

i. ORG – Organização sectorial e empresarial

O critério é valorizado tendo em atenção a integração da candidatura em cada um dos seguintes subcritérios:

- **Agrupamento ou Organização de Produtores (AP/OP) reconhecida no sector do investimento**
 - À data de submissão da candidatura, o promotor deve estar registado como Agrupamento ou Organização de Produtores Reconhecida (nos termos da legislação em vigor) na aplicação *idigital* do IFAP, I.P.
- **Cooperativas credenciadas;**
 - A verificação da condição de “Cooperativa credenciada” será confirmada no portal da “Cooperativa António Sérgio para a Economia Social”, em: Cooperativas → Credenciação on line → Cooperativas Credenciadas pela CASES.

 	 Heider Blcho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- Intervenções relacionadas com processos de redimensionamento ou cooperação empresarial

Podem ser aqui enquadradas:

- Empresas novas que resultem de cisões-fusões ou fusões entre empresas (pela transferência total ou parcial do património);
- Empresas já constituídas que por via de uma cisão-fusão ou fusão com outra (s) incluem no seu ativo o património da (s) incorporada (s), parcial ou totalmente;
- Intervenções relacionadas com processos de cooperação empresarial ou concentração/ fusão.



Para efeitos de validação do critério entende-se por “cooperação empresarial” como sendo “*um acordo de cooperação estabelecido entre empresas independentes e tendo em vista o atingir de objetivos comuns*”. Os objetivos que se pretende pontuar são:


- A facilitação ao acesso a tecnologia complementar, potenciadora de inovação que poderá ser significativa face ao que seria alcançado individualmente;
- A partilha de custos de investigação e desenvolvimento para o aumento de produtividade.

A pontuação apenas é atribuída nos casos em que a cooperação empresarial diga respeito ao (s) produto (s) objeto da candidatura e haja representatividade do(s) mesmo(s) na candidatura.

Com a submissão da candidatura deve ser apresentado contrato estabelecido entre as empresas, com indicação do (s) produto (s) em questão, do (s) objetivo (s) em vista e das obrigações de cada parceiro.

- Empresas em que mais de 50% do produto laborado provenha da própria empresa ou das explorações dos seus associados;
 - Com a submissão da candidatura devem ser apresentados cópias de contratos de fornecimento bem como documentos contabilísticos relativos ao ano anterior ao de submissão da candidatura que comprovem a origem da matéria-prima.

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	<i>Helder Bicho</i> A GESTORA: <i>Gabriela Freitas</i> GABRIELA FREITAS	28.08.2019
			Pág. 7 de 24

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- Compromisso de intenção de vir a ser reconhecido como Organização de Produtores no setor do investimento, devendo ser apresentada com a submissão, declaração relativa a esta intenção.

O reconhecimento como Organização de Produtores reconhecida, consubstanciado no “Título de Reconhecimento”, deve ser obtido até à data de submissão do último pedido de pagamento.

ii. LOC – Localização do investimento





O critério é valorizado caso pelo menos 50% do investimento elegível esteja associado a freguesias que se localizem em:


- Territórios de baixa densidade (TBD), conforme definido pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) do Portugal2020 – 20 pontos
- Outras zonas desfavorecidas, constantes da Portaria n.º 5/2019, de 4 de janeiro – 10 pontos
- Regiões menos desenvolvidas, decorrentes da aplicação da regulamentação comunitária, devidamente identificadas no Programa de Desenvolvimento Rural – 10 pontos

iii. PT – Criação de postos de trabalho

O critério é valorizado em função da criação líquida de postos de trabalho, medidos em UTA (Unidade de trabalho ano = 240 dias de trabalho a 8 horas por dia) criados em cada 300 mil euros de investimento elegível, tendo em atenção os seguintes escalões:

- N.º. de postos de trabalho criados, medidos em UTA’ s, menor que 1 - 0 pontos
- N.º. de postos de trabalho criados, medidos em UTA’ s, maior ou igual a 1 e menor que 3 - 10 pontos
- N.º. de postos de trabalho criados, medidos em UTA’ s, maior ou igual a 3 - 20 pontos

 	 Helder Bicho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

Por exemplo, uma candidatura com investimento elegível validado igual a 1.000.000€ só obterá 10 pontos caso crie, pelo menos, 4 postos de trabalho (1 posto de trabalho por cada 300.000€ de investimento elegível validado).



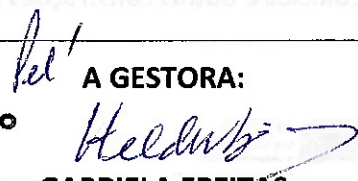
Uma candidatura com investimento elegível validado igual a 350.000€ que preveja a criação de 1 posto de trabalho será pontuada no primeiro escalão (0 pontos).


A metodologia de cálculo utilizada pode ser encontrada na FAQ **3. Como é valorizado o critério “PT – Criação de postos de trabalho”?**, em <http://www.pdr-2020.pt/FAQ>

Para o critério ser valorizado, os custos associados devem estar refletidos na rubrica “Custos com Pessoal” da “Demonstração de Resultados” da candidatura.

Entende-se como “Criação líquida de postos de trabalho”, o aumento líquido do número de trabalhadores diretamente empregados na empresa, calculado pela diferença entre os número de trabalhadores da empresa no momento da apresentação do último pedido de pagamento e a média mensal do número de trabalhadores nos seis meses anteriores à data de apresentação da candidatura, a demonstrar através dos mapas de remuneração da segurança social, e desde que reúna cumulativamente as seguintes condições:

- Ter por base a celebração de contrato de trabalho escrito entre a empresa beneficiária e o trabalhador;
- Os trabalhadores a contratar não terem tido vínculo laboral com a empresa beneficiária ou empresas parceiras ou associadas desta, durante os 12 meses anteriores à data de apresentação da candidatura;
- Não corresponder a postos de trabalho de gerentes, administradores e/ou sócios da empresa beneficiária, com exceção do autoemprego criado por beneficiários das prestações de desemprego, ou de gerentes remunerados em empresas novas, desde que a primeira despesa ocorra até 3 meses após a data da sua constituição;
- Os postos de trabalho criados estarem diretamente associados ao desenvolvimento da operação objeto de apoio.

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

iv. EER - Eficiência energética e/ ou energias renováveis

O critério é valorizado em função do peso do investimento elegível no conjunto das tipologias de investimento a seguir enumeradas e desde que os investimentos propostos sejam classificados na (s) rubrica (s) adequada (s) do formulário e posteriormente validados em sede de análise da candidatura. Nesta sede, não haverá lugar a qualquer reclassificação por parte do analista.

- Investimentos específicos diretamente associados à redução do consumo energético

No Anexo IV da presente OTE encontram-se listados os investimentos considerados para este fim.

As rubricas associadas são:

- Edifícios e outras construções afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética;
- Equipamentos afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética;
- Certificado ISO 50 001 ou estudos no domínio da eficiência energética.

Nota: investimentos que sejam erradamente associados a estas rubricas irão ver a sua elegibilidade reduzida a "0".

Por exemplo: é associado à rubrica "Edifícios e outras construções afectos a investimentos na melhoria da eficiência energética" um investimento numa construção com um montante de 100.000€ onde apenas 3.000€ estejam associados à instalação de luminárias LED.

Neste caso, os 3.000€ podem vir a ser considerados como devidamente associados a esta rubrica e os restantes 97.000€ não são considerados elegíveis.





Para estes 97.000€ poderem ser elegíveis devem ser associados a uma rubrica adequada (construção geral, p.e.), e o orçamento de construção apresentar-se devidamente discriminado.


- Investimentos associados à produção e consumo de energia renovável

Os investimentos valorizados são: equipamentos e construções associados à produção de energia solar fotovoltaica, energia solar térmica e energia eólica e biomassa.

As rubricas associadas são:

- Edifícios e outras construções afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis;

 	 Heider Bloch (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- Equipamentos afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis;
- Estudos no domínio da utilização de energias renováveis.

Nota: investimentos que sejam erradamente associados a estas rubricas irão ver a sua elegibilidade reduzida a “0”.

Por exemplo: é associado à rubrica “Edifícios e outras construções afectos a investimentos para a utilização de energias renováveis” um investimento numa construção com um montante de 100.000€ onde apenas 8.000€ estejam associados à instalação de painéis solares fotovoltaicos.

Neste caso, os 8.000€ podem vir a ser considerados como devidamente associados a estas rubrica e os restantes 92.000€ não são considerados elegíveis.

Para estes 92.000€ poderem ser elegíveis devem ser associados a uma rubrica adequada (construção geral, p.e.), e o orçamento de construção apresentar-se devidamente discriminado.



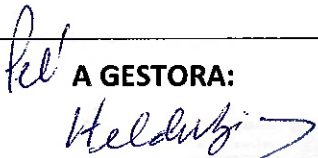
v. IA – Investimento com impacto ambiental relevante


O critério é valorizado em função do peso do investimento elegível no conjunto das tipologias de investimento a seguir enumeradas e desde que os investimentos propostos sejam classificados na (s) rubrica (s) adequada (s) do formulário e posteriormente validados em sede de análise da candidatura. Nesta sede, não haverá lugar a qualquer reclassificação por parte do analista.

- Investimentos específicos associados à gestão e tratamento de efluentes e resíduos (ETAR, EPTAR, Charcas)

As rubricas associadas são:

- Edifícios e outras construções afectos à gestão e tratamento de efluentes e resíduos;
- Equipamentos afectos à gestão e tratamento de efluentes e resíduos;
- Certificações ambientais (Norma NP EN ISO 14001:2015).

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019
			Pág. 11 de 24

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- Outros investimentos não produtivos de carácter ambiental





As rubricas associadas são:


- Edifícios e outras construções afectos a investimentos não produtivos de carácter ambiental;
- Equipamentos afectos a investimentos não produtivos de carácter ambiental.

vi. IQ - Inovação e qualidade

O critério é valorizado tendo em atenção a integração da candidatura, em cada um dos seguintes subcritérios:

- Operação que envolva um produto ou processo de produção patenteado novo no setor que origine um Impacto superior a 50% no acréscimo de proveitos da candidatura
Neste caso trata-se de um produto que ainda não existe no mercado à data de submissão da candidatura;
- Operação que envolva um produto novo na empresa e o produto em causa origine um impacto superior a 20% no acréscimo dos proveitos da candidatura
Entende-se como “produto novo” na óptica da empresa um produto que vai passar a ser produzido com a realização dos investimentos propostos.
Exemplo: uma unidade de laticínios vai passar a produzir iogurte, produto que não constava do seu *portfolio* no passado.
Caso produza queijo e passe a produzir “queijo em cubos”, não estamos em presença de um novo produto mas sim de um produto com novos atributos;
- Investimento associado à participação da empresa num Grupo Operacional Registado
Tem de existir um registo relativo a uma iniciativa ligada ao produto em questão na Bolsa de Iniciativas da Parceria Europeia da Inovação para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas (PEI AGRI) na Rede Rural Nacional (RRN).

 	 A GESTORA:  GABRIELA FREITAS (Gestor Adjunto)	28.08.2019
		Pág. 12 de 24

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

Aquando da submissão do formulário deve ser submetido:

. Cópia do *e-mail* enviado pela Rede Rural Nacional ou por entidade por esta indigitada e relativo à “Comunicação do Registo da Iniciativa ID xxx”;

. Cópia do contrato de consórcio que formalizou a constituição do grupo operacional (Anexo II – Minuta de contrato do consórcio – da OTE N.º 32/2016, relativa à Ação 1.1 – Grupos Operacionais).

- Entidade com certificação Global GAP, certificação Norma ISO 22 000 ou Normas BRC (British Retail Consortium) e IFS (International Food Standard)

Com a submissão da candidatura deve ser apresentada cópia do certificado Global Gap, ISO 22 000, BRC ou IFS

- Compromisso de intenção de vir a obter qualquer uma das certificações anteriormente referidas, devendo ser apresentada, com a submissão, declaração relativa a esta intenção.

vii. MP – Modo de produção biológico (MPB) e produto com Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP)



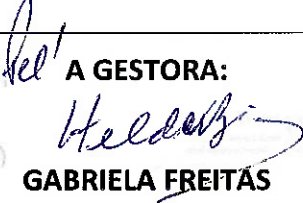
- Operador submetido a controlo de Modo de Produção Biológico


O critério é valorizado se o promotor, à data de submissão da candidatura, estiver incluído como “preparador” para o produto em questão na “Lista de Operadores de MPB”, a ser consultada no sítio da DGADR em <http://www.dgadr.pt/sustentavel/modo-de-producao-biologico>.

- Operador submetido a controlo DOP/IGP

O critério é valorizado se o promotor, à data de submissão da candidatura, estiver incluído como “transformador” do produto com DOP ou IGP, na “Lista de Operadores sob controlo _ 2015” do “Controlo e certificação”, a ser consultada sítio da DGADR em <http://www.dgadr.pt/sustentavel/dop-igp-etg>.

- Compromisso de submissão ao controlo em MPB, devendo ser apresentada, com a submissão, declaração relativa a esta intenção;

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- Compromisso de submissão ao controlo DOP/ IGP, devendo ser apresentada, com a submissão, declaração relativa a esta intenção.

viii. AF – Autonomia financeira

O critério é valorizado para as empresas que já desenvolveram atividade tendo em atenção o peso dos capitais próprios no ativo líquido da empresa.

Para este efeito não são aceites contas intercalares certificadas.



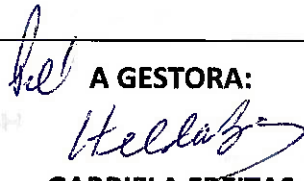
No caso de empresas sem atividade, considerando-se para o efeito as que não apresentam vendas e/ ou prestações de serviços nos 3 anos anteriores ao da submissão da candidatura (situação aferida pelas últimas contas fechadas e validadas pelas IES ou pelo facto de serem empresas novas, não tendo ainda contas fechadas e validadas pelas IES), serão atribuídos 10 pontos.


ix. TIR – Taxa Interna de Rentabilidade

Atribuída em função de a candidatura apresentar uma taxa interna de rentabilidade igual ou superior a 1,5%.

2.2.2 Sanções específicas associadas ao não cumprimento dos Critérios de Seleção

Sempre que em sede de análise de último pedido de pagamento se detecte o incumprimento de um ou mais dos critérios de seleção contratualmente fixados como condicionantes de verificação obrigatória, haverá lugar à redução dos pagamentos efetuados ou a efetuar em 25%, incluindo a perda de majoração associada, quando aplicável.

 	Helder Bicho <small>(Gestor Adjunto)</small>	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

2.3. ELEGIBILIDADE DAS DESPESAS

2.3.1. Despesas elegíveis

Em conformidade com o definido no Reg. (CE) N.º 1857/2006, de 15 de dezembro, da Comissão, considera-se elegível para uma unidade agroindustrial:

- A sua substituição por um edifício moderno quando aquele tenha mais de 30 anos;
- A sua renovação em profundidade, considerando-se como tal uma renovação cujo custo seja de, pelo menos, 50% do valor do edifício novo, resultante da mesma.

No entanto, as despesas elegíveis com as construções não podem ultrapassar 35% da despesa total elegível da candidatura, apurada em sede de análise.

Relativamente às despesas gerais, estas são elegíveis até 5% do custo total das restantes despesas elegíveis. Contudo, importa definir limites razoáveis para determinadas componentes das despesas gerais.




Assim, as despesas com diagnósticos e estudos de viabilidade necessários à elaboração da candidatura, a elaboração propriamente dita e o acompanhamento da mesma, estão limitadas a 2% das restantes despesas elegíveis quando a despesa elegível apurada em sede de análise seja $\leq 250.000\text{€}$.


Caso a despesa elegível apurada em sede de análise ultrapasse os 250.000€, à parte da despesa que ultrapassa o limite definido será aplicada a taxa de 1%, até ao limite de 10.000€ no total.

2.3.2. Despesas não elegíveis

Os terrenos e os prédios urbanos não são elegíveis.

Não são elegíveis bens de equipamento em estado de uso ou de simples substituição.

 	 A GESTORA: Helder Bicho GABRIELA FREITAS (Gestor Adjunto)	28.08.2019
		Pág. 15 de 24

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

Considera-se “Investimento de substituição”, o investimento que apenas substitui um edifício ou uma máquina existentes, por um edifício ou uma máquina novos e modernos, sem aumentar a capacidade da produção em pelo menos 25%, ou sem alterar fundamentalmente a natureza da produção ou a tecnologia utilizada, tal como definido no Reg. (CE) N.º.1857/2006, de 15 de dezembro, da Comissão.

Serão consideradas despesas não elegíveis, as despesas cujo (s) orçamento (s) apresentado (s) evidenciem as seguintes situações irregulares:





- a) Possíveis conflitos de interesse/relações privilegiadas entre o beneficiário e o (s) fornecedor (es), entre 2 ou 3 fornecedores e/ou entre o projetista/consultor e o (s) fornecedor (es);
- b) Quando existam indícios de adulteração dos orçamentos;
- c) Ausência de elementos previstos no ponto 2 do Anexo I: ausência de NIF, ausência de CAE adequado, a descrição dos investimentos constantes dos orçamentos não comparáveis entre si e/ou com a candidatura, ausência de detalhe e/ou de custos unitários, etc.


2.4. APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

O promotor previamente ao preenchimento da candidatura deve proceder à sua inscrição como beneficiário junto do IFAP, I.P.

Apenas se admite a apresentação de uma candidatura por beneficiário, corretamente formalizada e acompanhada de todos os documentos obrigatórios, e que respeite as seguintes restrições relativas ao setor do investimento:

- Não pertencer ao setor do vinho (CAE Rev.3 11021 Produção de vinhos comuns e licorosos e CAE Rev.3 11022 Produção de vinhos espumantes e espumosos)
- Não pertencer ao setor do azeite (CAE Rev.3 10412 Produção de azeite)
- Caso diga respeito ao setor dos frutos, os investimentos serem referentes à CAE Rev.3 10394 Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis

 	 A GESTORA: Helder Bicho (Gestor Adjunto)	 GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

- Caso diga respeito ao setor do leite (CAE Rev.3 10510 Indústrias do leite e derivados), o leite ser proveniente das espécies ovina e/ou caprina e os investimentos não dizerem unicamente respeito ao tratamento térmico do leite.

Em caso de verificação de erros no preenchimento do formulário já submetido, deve o promotor desistir do mesmo, no Balcão do Beneficiário, e, querendo, proceder a nova submissão. Esta submissão corresponde a uma nova candidatura, para todos os devidos efeitos, nomeadamente a data da sua apresentação.

2.5. NIVEIS E LIMITES AOS APOIOS

Quando numa candidatura sejam ultrapassados os limites máximos dos apoios estabelecidos por beneficiário, o valor que ultrapassa os limites estabelecidos será automaticamente reduzido e distribuído proporcionalmente pela várias rubricas de investimento na candidatura em análise.



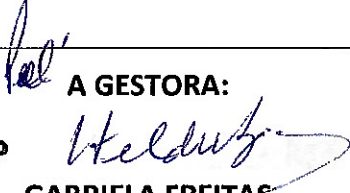
A majoração prevista no Anexo III do regime de Aplicação da Portaria 230/2014, na sua redação atual, “Operações no âmbito da PEI” é verificada em sede de último pedido de pagamento.


Quando numa candidatura o investimento elegível ultrapassar 1 000 000€, a taxa a aplicar ao montante que ultrapasse o limite estabelecido será reduzida em 15 p.p. relativamente à taxa efetiva aplicável ao investimento até 1 000 000€. O nível de apoio a ser concedido será obtido pela aplicação da taxa média ponderada resultante.

2.6. CRITÉRIOS DE DESEMPATE DE CANDIDATURAS

Em caso de empate com o mesmo valor de VGO, será dada prioridade às candidaturas com maior pontuação no critério “PT – Criação de postos de trabalho”.

O segundo critério de desempate será o maior valor de TIR (Taxa Interna de Rentabilidade).




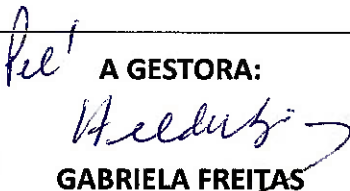
 	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019
	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	Pág. 17 de 24


 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

ANEXO I

Lista de documentos a apresentar com a candidatura para controlo documental (sempre que aplicável)

1. Declaração de Início de Atividade no caso de Pessoa Singular ou Certidão Permanente da Conservatória do Registo Comercial, ou código de acesso, no caso de Pessoa Coletiva;
2. 1 ou 3 orçamentos comerciais ou faturas pró-forma para cada um dos dossiers de investimento quando estejam em causa valores até 5 000€ ou superior, respetivamente, dos quais devem constar:
 - Identificação detalhada das componentes do investimento, indicando as quantidades, valores unitários, modelo e especificações técnicas;
 - Assinatura, carimbo da entidade emissora sem rasuras e com a indicação clara do imposto aplicável, bem como CAE adequado ao fornecimento dos bens e serviços incluídos no orçamento.
3. Financiamento de Capital Alheio:
 - Declaração do próprio comprometendo-se a obter financiamento bancário;
 - Comprovativo dos suprimentos/ empréstimos dos sócios;
 - Documentos que comprovem a disponibilidade de outros capitais alheios.
4. Situação económico-financeira:
 - Cópias dos Relatórios, Balanços, Balanço Social e Demonstrações de Resultados do promotor, dos 3 últimos exercícios identificados no formulário e/ ou respetivos modelos fiscais e anexos.
5. Balanço Intercalar Certificado (quando assinalado no formulário):
 - Balanço e Demonstrações de Resultados intercalares do promotor, devidamente certificados por ROC.

 	 Helder Bicho (Gestor Adjunto)	 A GESTORA: GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

6. Licenciamento industrial:

- Modernização de unidades: Título de Exploração.

7. Licenciamento comercial:

- Modernização de estabelecimentos: Licença de utilização emitida pela Câmara Municipal respetiva;

8. Investimentos em produtos de origem animal:

- Modernização de estabelecimentos: Número de controlo veterinário.





9. Documentação associada a cumprimento de critérios de seleção:


ORG – Organização sectorial e empresarial

- Cópia de credencial válida, emitida pela “Cooperativa António Sérgio para a Economia Social”;
- Cópia de contratos de fornecimento bem como documentos contabilísticos relativos ao ano anterior ao de submissão da candidatura que comprovem a origem da matéria-prima;
- Cópia do contrato estabelecido entre as empresas, com indicação do (s) produto (s) em questão, do (s) objetivo (s) em vista e das obrigações de cada parceiro (cooperação empresarial);
- Declaração de compromisso de intenção de vir a obter reconhecimento como Organização de Produtores reconhecida no setor do investimento, nos termos da legislação em vigor.

EER – Eficiência energética e/ ou energias renováveis

- Cópia de certificado ISO 50 001 ou de estudos no domínio da eficiência energética (diretamente associados aos investimentos propostos para a unidade, com contabilização do benefício pretendido em termos de economia na fatura energética);
- Cópia de estudos no domínio da utilização de energias renováveis (diretamente associados aos investimentos propostos para a unidade, com contabilização do benefício pretendido em termos de economia na fatura energética).

 	 A GESTORA: Helder Bicho (Gestor Adjunto)	 GABRIELA FREITAS	28.08.2019
			Pág. 19 de 24





 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		


IQ – Inovação e Qualidade

- Cópia do Registo do processo de produção patenteado junto do INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial);
- Cópia do e-mail de “Comunicação do Registo da Iniciativa ID xxx”;
- Cópia do contrato de consórcio (Anexo II – Minuta de contrato de consórcio – da OTE (Orientação Técnica Específica) N.º 32/2016, relativa à Ação 1.1 – Grupos Operacionais);
- Cópia do certificado GlobalGap, Norma ISO 22 000, BRC (British Retail Consortium) ou IFS (International Food Standard).

MP – Modo de produção biológico (MPB) / produto com Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP)

- Declaração de compromisso de submissão a controlo MPB, DOP ou IGP.

 	 Helder Bicho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019




 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		


ANEXO II

Rubricas de investimento associadas ao “Investimento com impacto ambiental relevante” (contabilizados a 30% para efeitos de cálculo de VAL)

- **Rubricas Materiais:**
 - Edifícios e outras construções afectos à gestão e tratamento de efluentes e resíduos;
 - Edifícios e outras construções afectos a investimentos não produtivos de carácter ambiental;
 - Equipamentos afectos à gestão e tratamento de efluentes e resíduos;
 - Equipamentos afectos a investimentos não produtivos de carácter ambiental.

- **Rubricas Imateriais:**
 - Certificações Ambientais (Norma NP EN ISO 14001:2015).

 	Heider Bicho (Gestor Adjunto)	<i>Hel</i> A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

ANEXO III

Para o cálculo do VAL, os apoios ao investimento que se espere vir a receber no âmbito da candidatura não são considerados acréscimos de proveitos.

TIR - Taxa Interna de Rentabilidade – valor da taxa de atualização que iguala o VAL a zero.

Fórmula de cálculo da TIR

$$\sum_{i=0}^n \frac{CF_i}{(1+TIR)^i} = 0$$

em que:

CF_i = cash-flow incremental do ano i

CF_0 = - valor do investimento (considerando apenas 30% do investimento caso se trate de intervenções de natureza ambiental ou em eficiência energética)

CF_1 = Cash Flow da operação no ano 1 [(acrécimo de proveitos – acréscimo de custos) x (1 – taxa de imposto sobre o rendimento¹, se valor superior a 0) + Amortizações + Provisões]





CF_2 = Cash Flow da operação no ano 2 [(acrécimo de proveitos – acréscimo de custos) x (1 – taxa de imposto sobre o rendimento, se valor superior a 0) + Amortizações + Provisões]


CF_n = Cash Flow da operação no fim da vida útil da operação [(acrécimo de proveitos – acréscimo de custos) x (1 – taxa de imposto sobre o rendimento, se valor superior a 0) + Amortizações + Provisões] + Valor residual no fim da vida útil da operação

em que:

CF_i = cash-flow do ano i

¹ A taxa de imposto sobre o rendimento a considerar, independente da natureza jurídica do beneficiário, é de 23%, o que equivale à taxa de IRC.

 	 Heider Bicho (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

ANEXO IV

Investimentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética das unidades agroindustriais (contabilizados a 30% para efeitos de cálculo de VAL)

Trata-se de investimentos, de carácter material ou imaterial, que contribuem para a redução dos custos de produção e da emissão de gases de estufa pela contribuição para um maior grau de eficiência dos equipamentos consumidores de energia.

O preenchimento deste critério de seleção bem como a sua contabilização para efeitos de VAL (valor atualizado líquido) da candidatura verifica-se mediante a seleção da rubrica específica do formulário de candidatura, devidamente justificada e detalhada no campo descritivo associado e validada na análise.

1. Investimentos “horizontais” às diversas indústrias

1.1. Motores eficientes

- Motores de alta eficiência/ Dimensionamento adequado à potência do motor/ Controlo dos motores.

1.2. Sistemas de ar comprimido

- Dimensionamento otimizado/ Variadores de velocidade e volumes de armazenamento/ Redução das fugas de ar comprimido/ Alimentação do compressor com ar frio exterior/ Otimização do nível de pressão.

1.3. Variadores de velocidade.

1.4. Isolamento

- Tubagens, válvulas.



1.5. Aquecimento de água ou ar


- Recuperação de calor em compressores de ar ou economizadores ou condensação.

1.6. Iluminação

- Utilização de Lâmpadas LED.

1.7. Bateria de condensadores para redução da potência reativa.

 	Helder Bicho (Gestor Adjunto)	<i>Heldub</i> A GESTORA: GABRIELA FREITAS	28.08.2019
			Pág. 23 de 24

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 106/ 2019
	Ação 3.3 – Investimento na transformação e comercialização de produtos agrícolas	
ASSUNTO: Projetos de investimento		

1.8. Otimização da gestão

- Sistema de qualidade de gestão energética de acordo com a norma ISO 50 001.





2. Investimentos específicos de algumas indústrias

2.1. Centrais horto frutícolas

2.1.1. Eficiência energética em sistemas de refrigeração

- Desacoplamento da produção e consumo de frio usando um sistema de armazenagem de frio;
- Componentes eficientes nos equipamentos de refrigeração;
- Compressores rotativos de alta eficiência (em vez de compressores de deslocamento positivo com pistões) e um novo sistema de evaporadores/ condensadores fabricados com ligas de alumínio/ instalar variadores de velocidade em compressores e ventiladores/ instalação de arrancadores eletrónicos.

2.1.2. Melhoria do isolamento nas instalações de frio.

 	 Helder Bloch (Gestor Adjunto)	A GESTORA:  GABRIELA FREITAS	28.08.2019